



EDITAL
(Processo nº 46/2019)

MODALIDADE: PREGÃO Nº 06/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
FORMA: PRESENCIAL
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO
AQUISIÇÃO: POR ITEM

DATA: 26/06/2019 - HORÁRIO: 09:00 HORAS

PREÂMBULO

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria – RS (CMVSM), no uso de suas atribuições legais, determinou ao PREGOEIRO nomeado através da Portaria nº 73/2019, tornar público para conhecimento dos interessados que na data e horário acima indicados, será realizada Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, para registro de preços, referente à aquisição de certificados digitais para pessoa física e jurídica, tokens e serviço de renovação, de acordo com o Termo de Referência – Anexo II** deste Edital. Este processo Licitatório prevê, no que se refere a todos os itens que compõem seu objeto, a **participação exclusiva de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e outras que se enquadrarem nos mesmos benefícios legais, conforme legislação vigente**. O presente processo licitatório obedecerá integralmente à Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ao Decreto Municipal nº 072/2015, de 03 de agosto de 2015, que institui a modalidade Pregão no Município de Santa Maria, ao Decreto Executivo nº 007/2015, que regulamenta o sistema de registro de preços no Município de Santa Maria, bem como às demais normas federais e municipais pertinentes ao assunto, no que couberem, em especial à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Complementar Federal nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar Federal nº 147/2014 e à Lei Municipal nº 5.245 de 05 de novembro de 2009.

1. DO RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

LOCAL: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, sito à Rua Vale Machado, nº 1415, Centro, CEP 97010-530, Santa Maria - RS.

DIA: 26/06/2019.

HORÁRIO: 09:00 HORAS.

1.1. Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no **primeiro dia útil** de funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria que se seguir, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1.2. No local indicado serão realizados os procedimentos pertinentes a este Pregão, com respeito a:

1.2.1. credenciamento dos representantes;

1.2.2. consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**);

1.2.3. recebimento dos envelopes de proposta e documentação;

1.2.4. abertura dos envelopes de proposta dos licitantes;

1.2.5. abertura do envelope de documentação do licitante com proposta vencedora.



1.3. As decisões do Pregoeiro serão comunicadas mediante publicação na página *web*, no endereço www.camara-sm.rs.gov.br, com pelo menos **01 (um) dia de antecedência**, salvo com referência àquelas que puderem ser comunicadas diretamente, mediante ofício, fac-símile ou outro similar, aos representantes legais dos licitantes, principalmente, quanto a:

1.3.1. habilitação ou inabilitação do licitante;

1.3.2. julgamento das propostas;

1.3.3. resultado de impugnação ou recurso porventura interposto;

1.3.4. resultado de julgamento deste Pregão.

1.4. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame em até **02 (dois) dias úteis** que antecederem a data estabelecida no preâmbulo deste instrumento convocatório para a sessão de recebimento e abertura dos envelopes da Proposta e Documentação.

1.5. A resposta do Pregoeiro ao pedido de esclarecimento formulado será divulgada mediante publicação de nota na página *web* da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, no endereço www.camara-sm.rs.gov.br, menu “Licitações”, cabendo aos interessados acessá-la.

2. DO OBJETO

2.1. A presente Licitação tem por objeto o **registro de preços para aquisição de certificados digitais para pessoa física e jurídica, tokens e serviço de renovação de certificado**, conforme Termo de Referência (Anexo II), sendo sua aquisição do tipo MENOR PREÇO POR ITEM;

2.2.1. São partes integrantes deste objeto as demais condições e especificações diluídas neste Edital e seus anexos.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA – RS, CNPJ 89.250.708/0001-04.

3.2. Não há órgãos participantes.

3.3. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666 de 1993, e no Decreto Municipal nº 007 de 2015;

3.3.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

3.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

3.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;



3.6. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem;

3.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

3.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

3.8.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão quaisquer interessados que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto, desde que, **EXCLUSIVAMENTE**, sejam **Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou outras que eventualmente venham a se enquadrar nos mesmos benefícios legais, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e art. 36 da Lei Municipal nº 5.245/2009.**

4.2. Não poderão participar desse Pregão as empresas que:

4.2.1. Encontrarem-se em processo de falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

4.2.2. Estejam cumprindo sanção de suspensão do direito de licitar ou de declaração de inidoneidade imposta pela Administração Pública, entendida esta como Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado, sob controle do Poder Público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;

4.2.3. Constem no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**), cujas consultas serão promovidas em atenção ao Ofício DCF nº 44/2017 do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul – TCE-RS, caso em que terão suas propostas integralmente desclassificadas;

4.2.4. Sejam reunidas em consórcio ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição, quando estejam participando concomitantemente nos mesmos itens do processo licitatório;

4.2.5. Sejam estrangeiras e não funcionem regularmente no País;

4.2.6. Estejam proibidas por lei.

4.3. Os proponentes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste edital e seus anexos, sem poder invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

4.4. A participação neste Pregão importa ao Proponente a irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente edital e seus anexos, bem como a observância dos regulamentos, normas e técnicas aplicáveis.

4.5. O proponente arcará com todos os custos diretos e indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do processo licitatório.



4.6. O Poder Legislativo Municipal de Santa Maria reserva o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade, sem que caiba direito indenizatório a quaisquer dos licitantes.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 O Proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por seu representado, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

5.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou particular de procuração com firma reconhecida (**Anexo VIII**), **desde que constem poderes para formular ofertas e lances de preços, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame**, em nome do proponente. Sendo sócio(a), proprietário(a), dirigente ou assemblado da empresa proponente, seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa, deverão estar expressamente dispostos no Estatuto ou Contrato Social.

5.3. A não apresentação de documento que credencie o(a) representante, não desclassificará ou inabilitará o Licitante, mas impedirá que o(a) representante se manifeste e responda em seu nome.

5.4. É facultado ao Licitante o direito de não estar presente na sessão pública de Licitação, devendo, para tanto, enviar, se for o caso, a **declaração de enquadramento como Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo IX)**, conforme item 5.9, em envelope separado da Proposta de Preços e dos Documentos de Habilitação.

5.5. Apresentar cópia de Documento de Identidade do representante, sócio(a), proprietário(a), diretor(a) da empresa ou equivalente que venha participar do certame.

5.6. Apresentar cópia do Estatuto, Contrato Social ou equivalente, em vigor, devendo estarem acompanhados de todas as alterações efetuadas ou da consolidação respectiva.

5.7. Apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos habilitatórios (**Anexo VII**). A ausência deste documento impede a empresa de participar do certame.

5.8. Para os Licitantes com representantes na sessão pública, os documentos solicitados nos itens 5.5, 5.6 e 5.7 deverão constar **FORA** do envelope da documentação e ser entregues ao Pregoeiro, que fará o credenciamento dos participantes.

5.9. Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para assegurarem o estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e na Lei Municipal nº 5.245/2009, que instituem, respectivamente, o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, deverão apresentar para o Pregoeiro, no ato da abertura do procedimento licitatório (credenciamento), **declaração de enquadramento como Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo IX)**, devidamente assinada pelo responsável pela sua contabilidade ou **documento fornecido pela Junta Comercial (com validade de 90 dias)**.

5.10. Caso algum dos documentos solicitados esteja dentro do envelope da documentação ou da proposta, o Pregoeiro poderá solicitar que o representante abra o envelope e retire o documento, lacrando-o logo em seguida.



5.11. Somente será efetivado o credenciamento dos Licitantes que não estejam listados no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**).

5.12. A partir do término do credenciamento dos Licitantes por parte do Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início à sessão do certame.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. A Proposta de Preços e a Documentação que a instruir, deverão ser apresentadas, impreterivelmente, até o dia, hora e local já fixados no início deste Edital, em 02 (dois) envelopes (da proposta e da habilitação), devidamente fechados e rubricados no fecho.

6.2. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação do Licitante retardatário, a não ser na qualidade de ouvinte.

6.3. Os documentos emitidos através da internet não necessitam de autenticação, ficando sujeitos à verificação por parte do Pregoeiro.

6.4. Poderão ser feitas autenticações de documentos, diretamente no órgão licitante, pela Comissão Permanente de Licitações, preferencialmente até o último dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

6.5. Os Licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope de Documentação, ou os que os apresentarem irregulares, em desacordo ao estabelecido neste Edital, serão inabilitados, não se admitindo complementação posterior.

6.6. A abertura dos envelopes da **Proposta e da Documentação** será realizada em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelo Pregoeiro, consignando, se for o caso, os registros efetuados pelos representantes legais dos Licitantes presentes.

6.6.1. Consideradas as ressalvas contidas neste Edital, qualquer manifestação deverá ser motivada e feita no ato da sessão pelos representantes legais dos Licitantes presentes.

6.6.2. A desclassificação da proposta do Licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

6.7. Todas as propostas e os documentos da proposta vencedora serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes legais dos Licitantes presentes na sessão que assim o desejarem, devendo, para tal, dirigirem-se à mesa do Pregoeiro.

6.8. Após o credenciamento não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.9. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente nos envelopes das propostas ou da documentação.

6.10. O Pregoeiro poderá desconsiderar excessos de formalismos que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

6.11. Primeiramente serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, que serão lidas para todos os presentes, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica por parte do Pregoeiro e equipe de apoio. Os interessados que desejarem conferir as propostas dos demais licitantes deverão dirigir-se à mesa do Pregoeiro.



6.12. Os envelopes deverão conter, ainda, em sua parte externa frontal, as seguintes informações:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 01
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
FONE/FAX/E-MAIL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
FONE/FAX/E-MAIL

7. DA PROPOSTA

7.1. A **Proposta** contida no **Envelope nº 01** deverá ser apresentada na seguinte forma:

7.1.1. Em original, constar 01 (uma) via impressa em papel, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, apresentada digitalizada ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas; devidamente datada e assinada pelo representante legal em sua última folha e rubricada nas demais.

7.1.2. Fazer menção ao número deste Pregão e conter a razão social do Licitante, nome do signatário, o CNPJ, número(s) de telefone(s), de fax e e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP.

7.1.3. O licitante deverá cotar o valor em reais, com até duas casas decimais (R\$ 0,00), expresso em algarismos e, de preferência, por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência. O preço proposto deverá contemplar todas as despesas necessárias à execução do contrato, custos administrativos, comissões, lucro, leis sociais, tributos, impostos, taxas, emolumentos, serviços de terceiros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, transporte, seguros, licenças, enfim, tudo que se fizer necessário à perfeita execução do objeto licitado, mesmo que não especificado neste edital, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

7.1.4. A omissão da resposta de qualquer dos quesitos de avaliação, tais como, informações técnicas ou outra documentação que comprove a veracidade da informação, poderá implicar sumária desclassificação da proposta.

7.1.5. Deverá constar na proposta o nome do representante da empresa que firmará contrato com a Administração, bem como o nº do RG, CPF, endereço do representante legal e cargo ocupado.

7.2. A simples apresentação da proposta, por si só, implicará plena aceitação, por parte do licitante, de todas as condições deste edital, independentemente de transcrição.

7.3. Poderão ser apresentadas quaisquer outras informações afins que julgar necessárias ou convenientes.

7.4. Apresentar a marca e o modelo cotados, que deverão ser os mesmos itens a serem entregues, caso a proposta venha a ser a vencedora, sob pena de recusa do recebimento do item, nos termos do Art. 55, XI, da Lei Federal nº 8.666/93.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. As Propostas serão julgadas e adjudicadas **POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.



8.2. Conforme incisos VI e VII, do art. 11, do Decreto Municipal nº 072/2015, de 03 de agosto de 2015, o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.2.1. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas acima, o pregoeiro classificará os autores das melhores propostas, até o máximo de três, para que ofereçam novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.2.2. Havendo empate na classificação da terceira melhor proposta, todos os licitantes dessas propostas serão convocados a oferecer lances verbais.

8.2.3. Aos proponentes proclamados conforme o item acima será oportunizado nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, começando pelo proponente que ofertou o maior valor e os demais em ordem decrescente de valor.

8.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções administrativas constantes neste Edital.

8.4. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério do **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.5. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do Licitante que a tiver formulado.

8.6. Se a oferta não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e o processo encaminhado à autoridade superior para homologação e adjudicação do objeto definido neste Edital e seus anexos.

8.7. Para efeitos da Lei Complementar Federal nº 123 consideram-se Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte a Sociedade Empresária, a Sociedade Simples e o Empresário a que se refere o art. 966 da Lei Federal nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme legislação vigente.

8.8. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e Licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado este direito.

8.9. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, qualquer das exigências deste Edital, observadas as demais disposições deste instrumento.

8.10. Os preços finais propostos serão considerados completos e suficientes para a execução do Contrato, objeto desta Licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devida a erro ou má interpretação de parte do Licitante.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

9.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.



9.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

9.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto Municipal nº 007/2015.

10. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS

10.1. A Proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias contados da data prevista no início deste Edital para o recebimento e abertura dos envelopes Documentação e Proposta.

10.2. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, esta poderá solicitar prorrogação geral da validade referida a todos os Licitantes classificadas, por igual prazo, no mínimo.

10.3. Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento e início da abertura dos envelopes, sem solicitação ou convocação de que tratam os itens 10.1 e 10.2 deste Edital, respectivamente, os Licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1 Somente poderão participar desta licitação empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil, que atuam no ramo do objeto licitado.

11.1.1 Qualquer documento apresentado na fase do credenciamento será considerado como já apresentado, para fins de habilitação.

11.2. Para fins de **Habilitação Jurídica** deverá ser apresentado, conforme o caso:

11.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

11.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores; ou

11.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, com indicação dos sócios responsáveis pela administração; ou

11.2.4. Decreto de autorização, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, em vigência, quando a atividade assim o exigir.

11.2.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas eventuais alterações ou da consolidação respectiva.

11.2.6. O licitante deve declarar, sob as penalidades cabíveis, **que não foi declarado inidôneo e que inexistente fato que possa impedir sua habilitação neste certame**, inclusive na vigência contratual, caso venha a ser contratado pela Câmara Municipal de Santa Maria, conforme modelo de declaração (**Anexo V**).

11.2.7. O licitante deve declarar, sob as penalidades cabíveis, o cumprimento do disposto no **art. 27, V da Lei nº 8.666/93**, conforme modelo de declaração (**Anexo VI**).



11.2.8. Apresentar **Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação**, expedida pelo distribuidor do foro da comarca da sede da pessoa jurídica, ou, no caso de empresa individual, certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, que terá a validade de 90 (noventa) dias após sua emissão.

11.3. Para verificação da **Regularidade Fiscal e Trabalhista** deverá ser apresentado:

11.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

11.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município através de alvará (de localização ou de funcionamento) relativo ao domicílio ou sede do cadastro, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.3.3. Prova de regularidade para com os **Tributos Federais** - certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa, relativamente a débitos de tributos e contribuições federais e dívida ativa da União.

11.3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** – certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa – do domicílio ou sede da empresa ou outra equivalente na forma da lei.

11.3.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** – certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa – do domicílio ou sede da empresa ou outra equivalente na forma da lei.

11.3.6. Certificado de regularidade para com o **FGTS**.

11.4. Observações:

11.4.1. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos. Bem como, documentos de procedência estrangeira, emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

11.4.2. Os documentos solicitados neste edital, deverão ser emitidos em papéis timbrados dos Órgãos ou das Empresas que os expedirem.

11.4.3. O representante legal que assinar documentos pela empresa, deverá estar investido de poderes para esse fim e comprovar tal competência caso o Pregoeiro vier a exigir.

11.4.4. Os documentos pertinentes e exigidos neste Edital, dentro do Envelope nº 02, deverão, de preferência, ser entregues numerados sequencialmente e na ordem indicada, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondente.

11.4.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

11.4.5.1. em nome do Licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo;

11.4.5.2. em nome da matriz, se o Licitante for a matriz;

11.4.5.3. em nome da filial, se o Licitante for a filial;

11.4.5.3.1. serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

11.4.5.4. datados dos últimos **180 (cento e oitenta) dias** até a data de abertura do **Envelope nº 01**, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão/empresa competente expedidor(a);

11.4.5.4.1. não se enquadram no prazo de que trata este item os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.



11.4.6. Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação ou publicação em órgão da imprensa oficial.

11.4.7. Serão aceitas somente cópias legíveis.

11.4.8. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

11.4.9. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

11.4.10. Se a documentação da habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado, observados os Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade, Contraditório e Ampla Defesa.

11.4.11 O licitante poderá apresentar Certificado de Registro Cadastral - CRC atualizado emitido por qualquer órgão da Administração Pública, em substituição a certidões arroladas no item 11.2 deste edital, desde que mencione as datas de validade das certidões.

11.4.12 O Microempreendedor Individual, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos neste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação que comprove a sua regularidade, **em até 05 (cinco) dias úteis**, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

11.4.12.1 O benefício de que trata o item anterior não eximirá o Microempreendedor Individual, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte da apresentação de todos os documentos exigidos neste Edital, ainda que apresentem alguma restrição.

11.4.12.2 O prazo descrito no item acima poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, devidamente justificado e durante o transcurso do prazo original.

11.4.12.3 A não regularização da documentação nos termos acima descritos implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração, uma vez observado o disposto no item 11.4.12.5, convocar os Licitantes remanescentes, na estrita ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a Licitação.

11.4.12.4 Não terá direito ao benefício de que trata este item o Microempreendedor Individual, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte que tenha deixado de apresentar ou apresente irregular algum dos documentos relativos à Regularidade Jurídica.

11.4.12.5 Ocorrendo a situação descrita no item 11.4.12, será verificada, também, a documentação de habilitação dos demais Licitantes que apresentarem propostas ao mesmo item, na exata ordem das propostas classificadas, até que seja encontrado, pelo menos, 01 (um) com habilitação regular, de forma a garantir o andamento do certame no caso de o Licitante beneficiário não demonstrar sua regularidade no prazo legalmente previsto para tanto, de acordo com o que dispõem o art. 43, §§ 1º e 2º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e art. 30, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Municipal nº 5.245/2009.

12. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 Em **até 02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.2 Não serão reconhecidas as impugnações depois de vencidos os respectivos prazos legais.

12.3 Em regra, a impugnação deverá ser entregue no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Vereadores, por via postal ou pessoalmente, devendo respeitar, obrigatoriamente, o prazo definido no item 10.1 deste Edital.



12.4 Quando as impugnações forem enviadas via e-mail, os originais deverão ser entregues no Setor de Protocolo da Câmara de Vereadores deste Município, necessariamente, **até 05 (cinco) dias contínuos** da data do término do prazo estabelecido no item 12.1 deste Edital.

12.4.1 O licitante ou pessoa que se utilizar dessa forma de transmissão, torna-se responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido, bem como por sua entrega neste Órgão.

12.5 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**.

13. DO DIREITO DE PETIÇÃO E DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor, qualquer Licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias** para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará a decadência do direito de recurso.

13.3. Qualquer recurso e impugnação contra a decisão do Pregoeiro, **não terá efeito suspensivo**.

13.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

13.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, situada na Rua Vale Machado, n.º 1415, Centro, Santa Maria, RS, junto a Comissão de Licitações, nos dias úteis no horário de expediente externo.

14. DA ADJUDICAÇÃO

14.1. O objeto deste Pregão será adjudicado **POR ITEM**, depois de atendidas as condições estabelecidas neste Edital.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.



15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, improrrogável, conforme preceitua o art. 15, § 3º, inc. III, da Lei nº 8.666/93.

16. DO TERMO DE CONTRATO

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento;

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1 O local de entrega dos objetos será na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, localizada na Rua Vale Machado, 1415, CEP 97010-530 - Santa Maria/RS, em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do CONTRATO decorrente da Ata de Registro de Preços, em dias úteis e em horário de expediente, conforme o caso.

17.1.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17.1.2. Corre por conta da vencedora qualquer prejuízo causado ao patrimônio da CMVSM por conta de ação de seus empregados quando da execução ou entrega dos itens contratados.

17.1.3. A **Divisão de Informática** será responsável pelo recebimento definitivo, após conferência de conformidade do objeto com as descrições que compõe o Termo de Referência, Anexo II deste Edital.

18. DO PREÇO

18.1 Os preços do Contrato não sofrerão reajustes, conforme § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

18.2 Os preços do Contrato poderão ser recompostos, em consonância com o que dispõe o artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal 8.666/1993.

19. DO PAGAMENTO



19.1 O pagamento será efetuado **em até 05 (cinco) dias úteis** após liquidação da Nota Fiscal, que deverá estar devidamente visada pelo responsável pelo recebimento e conferência do objeto contratado.

19.2 Não haverá, sob qualquer hipótese, qualquer pagamento adiantado à efetiva entrega do objeto contratado.

19.3 Os pagamentos far-se-ão em moeda corrente nacional e serão creditados em nome do Contratado, **após o efetivo cumprimento do objeto contratado devidamente atestado pela fiscalização**, mediante ordem bancária em conta corrente indicada pela Empresa ou por meio de ordem bancária para o pagamento de Nota(s) Fiscal(is), Fatura(s) ou Documento de Cobrança de Valor Jurídico Equivalente, com “código de barras”, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.

19.3.1 Serão descontadas do valor do pagamento as eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

19.3.2 Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

19.3.3 A Câmara de Vereadores reserva-se o direito de suspender o pagamento se o objeto for prestado em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

19.4 Tendo sido impostas penalidades ao CONTRATADO das quais não tenha recorrido tempestivamente, ou que já tenham sido objeto de decisão administrativa transitada em julgado, o respectivo valor será descontado do pagamento devido.

19.5 Todo e qualquer pagamento poderá ser sustado, se verificada qualquer das hipóteses a seguir elencadas e enquanto perdurar o ato/fato/omissão que a tiver motivado, sem direito a posterior reajuste, acréscimo, lucros cessantes, indenização, juros e/ou correção monetária:

19.5.1 retardar injustificadamente a execução do objeto da presente licitação;

19.5.2 haver infração à condição ou obrigação estabelecida no edital, contrato ou na proposta apresentada.

19.6 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

19.6.1 Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de Compensação Financeira = 0,00016438

19.6.1.1 O Índice de Compensação Financeira (I) mencionado no subitem anterior é apurado da seguinte forma

$I = (TX = \text{Percentual da Taxa Anual} = 6\%)$

$I = (6 / 100) / 365$

$I = 0,00016438$

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



20.1. Os recursos orçamentários desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

011220001.2.108 - Manutenção das Atividades Administrativas:
3.3.90.39.99.04.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta ou não assinar o termo de contrato decorrente deste Pregão;

21.1.2. apresentar documentação falsa;

21.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.5. não mantiver a proposta;

21.1.6. cometer fraude fiscal;

21.1.7. comportar-se de modo inidôneo.

21.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da Licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.3.1. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.3.2. Impedimento de licitar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

21.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á mediante prévio e regular processo administrativo, que assegurará, absolutamente, o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o Princípio da Proporcionalidade e Razoabilidade.

22 DO FORO

2.1 As questões decorrentes da execução do objeto deste Edital que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no **Foro da Comarca de Santa Maria – RS**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar no ato da sessão pública.



Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria
Centro Democrático Adelmo Simas Genro

23.2 As Empresas Estrangeiras ficam obrigadas a apresentar todos os documentos do presente procedimento licitatório em Língua Portuguesa.

23.3 Fica assegurado à Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente Licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

23.4 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, que, em nenhum caso, serão repassados à Câmara de Vereadores, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

23.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceita pelo Pregoeiro.

23.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização de certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o **primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

23.8 Os prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos só se iniciam e vencem em dias de expediente, caso em que, na sua contagem, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do Licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

23.10 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro Contrato.

23.11 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições pertinentes constantes nos diplomas normativos previstos no preâmbulo deste Edital.

23.12 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, situada à Rua Vale Machado, 1415, Comissão Permanente de Licitações ou por meio do e-mail licitacoes@camara-sm.rs.gov.br.

23.12.1 As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

24. DOS ANEXOS

24.1. São partes integrantes deste **Edital** os seguintes **anexos**:

ANEXO I - Minuta de Contrato;

ANEXO II - Termo de Referência;

ANEXO III - Planilha de Quantitativos e Custo Máximo Admitido;

ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço;

ANEXO V - Modelo de Declaração de que a proponente não foi declarada inidônea e de inexistência de fato impeditivo para licitar e contratar com a Administração Pública;

ANEXO VI - Modelo de Declaração para atendimento ao art. 27, V, da Lei Federal nº 8.666/93;

ANEXO VII - Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;



Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria
Centro Democrático Adelmo Simas Genro

ANEXO VIII – Modelo de Procuração;

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

ANEXO X – Da Ata de Registro de Preços;

ANEXO XI - Portaria nº 73/2019 – Designação do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

Santa Maria, 6 de junho de 2019.

Ver.^a MARIA APARECIDA BRIZOLA MAYER
Presidente da CMVSM



ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO NRº NRCONTRATO

Contrato para aquisição de certificados digitais para pessoa física e jurídica, que celebram entre si a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria e a empresa _____, conforme Processo Licitatório nº 46/2019, Pregão Presencial nº 06/2019.

PREÂMBULO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA (CMVSM)**, inscrita no CNPJ sob o número 89.250.708/0001-04, situada na Rua Vale Machado, nº 1415, nesta cidade, representada neste ato pela sua Presidente, Sra. Vereadora MARIA APARECIDA BRIZOLA MAYER, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, Inscrição Municipal nº _____, localizada na rua _____, na cidade de _____, CEP _____, telefone _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº _____, residente à _____, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal nº 072/2015, de 03 de agosto de 2015, que institui a modalidade Pregão no Município de Santa Maria, pelo Decreto Executivo nº 007/2015, que regulamenta o sistema de registro de preços no Município de Santa Maria, pela Lei Federal nº 8.666/1993, e pelas demais normas federais e municipais pertinentes, no que couberem, e pelo constante do Processo Licitatório nº 46/2019, Pregão Presencial nº 06/2019. O Edital e a proposta da CONTRATADA, independentemente de sua transcrição, passam a fazer parte integrante e complementar deste instrumento, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a aquisição de certificados digitais para pessoa física e jurídica, tokens e serviço de renovação de certificado, conforme Termo de Referência – Anexo II do Edital.

1.1.1 Especificações do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	Quantidade	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS
1	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA JURÍDICA (E-CNPJ) POR TOKEN	A3	Até 02	- Tipo A3; - Ser gerado e armazenado em dispositivo portátil do tipo Token; - Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil; - Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios, entre outros; - Deverá ser emitido na cadeia V5; - Validade mínima de 1 ano.



2	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF) POR TOKEN	A3	Até 50	<ul style="list-style-type: none">- Tipo A3;- Ser gerado e armazenado em dispositivo portátil do tipo Token;- Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil;- Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios, entre outros;- Deverá ser emitido na cadeia V5;- Validade mínima de 1 ano.
3	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF) EM ARQUIVO	A1	Até 100	<ul style="list-style-type: none">- Tipo A1;- Ser gerado e armazenado em computador;- Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil;- Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios, entre outros;- Deverá ser emitido na cadeia V5;- Validade mínima de 1 ano.

1.1.2 Todos os certificados digitais para pessoa física deverão ser do tipo e-CPF e/ou e-PF. Os certificados digitais para pessoas jurídicas deverão ser do tipo e-CNPJ e/ou e-PJ.

1.1.3 Neste cenário a CONTRATANTE deverá especificar os tipos de certificados nas ordens de serviço quando da solicitação, ou seja, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os tipos de certificado neste fornecimento.

1.1.4 Neste Contrato para simplificar onde se lê e-CPF inclui-se também o tipo e-PF e onde se lê e-CNPJ inclui-se também o tipo e-PJ.

1.2 DA GARANTIA

1.2.1 Os tokens deverão possuir garantia mínima de 1 ano (contado a partir do seu fornecimento), exceto em se tratando de mau uso.

1.2.2 Em caso de necessidade de substituição dos tokens por problemas técnicos, a CONTRATADA deverá substituí-los em até 3 dias úteis ao registro do acionamento da garantia.

1.2.3 A emissão do novo certificado em token ou cartão que forem substituídos pela garantia, deverá ser feita sem qualquer custo à CONTRATANTE e no prazo de 3 dias úteis a partir da data do acionamento da garantia.

1.3 DA GESTÃO DE SENHAS

1.3.1 REVOGAÇÃO

A senha de revogação será definida pelo titular ou responsável pelo certificado (pessoa física ou jurídica).



1.3.2 PIN (personal identification number)

A senha PIN será definida pelo proprietário do certificado (pessoa física ou jurídica).

1.3.3 PUK (PIN Unlock Key)

A senha PUK será definida pelo proprietário do certificado (pessoa física ou jurídica) ou pela Autoridade Certificadora, no qual realizará sua guarda.

1.4 DA CONFIDENCIALIDADE

1.4.1 A CONTRATADA deverá zelar pelo sigilo de quaisquer informações referentes à estrutura, sistemas, usuários, contribuintes, topologia, e ao modo de funcionamento e tratamento das informações da CONTRATANTE, durante e após fim do contrato, salvo se houver autorização expressa da CONTRATANTE para divulgação.

1.5 DO SUPORTE

1.5.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone do tipo 0800 ou telefone com tarifa local (DDD 055) com atendimento mínimo dentro do horário comercial (8:00h às 18:00h) de segunda a sexta-feira para prover suporte aos usuários de manuseio do certificado e instalação das leitoras/cadeias/certificados.

1.5.2 Disponibilizar suporte técnico presencial para treinamento inicial.

1.6 DO ACORDO OPERACIONAL

1.6.1 A CONTRATADA terá um período de 30 dias, contado a partir da assinatura do contrato para estabelecer com a CONTRATANTE todos os fluxos e processos necessários para atender o objeto contratado.

1.7 DAS SOLICITAÇÕES/EMISSÕES

17.1 Após a assinatura do contrato, todas as solicitações serão realizadas através de Ordens de Serviços, pagas mensalmente após o aceite dos certificados emitidos e o recebimento da respectiva fatura por parte da CONTRATADA.

1.8 SERVIÇO PARA CONFERÊNCIA E VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS

1.8.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar tutorial online para instalação e validação dos certificados.

1.8.2 Os softwares complementares que se fizerem necessários para o pleno funcionamento dos certificados deverão ser inteiramente disponibilizados pela CONTRATADA, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

1.8.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar ferramenta online de atendimento para sanar possíveis dúvidas e problemas relacionados à prestação do serviço, tais como: chat, vídeos, tutoriais, contatos por e-mail etc.

1.9 AGENDAMENTO/PRAZOS DE ENTREGA

1.9.1 A CONTRATADA deverá conferir a documentação encaminhada pela CONTRATANTE (dentro do município de Santa Maria), para emissão dos certificados, e comunicá-la em até 48 horas corridas o dia e horário agendados para validação (on-site ou na própria CONTRATADA).

1.9.2 Todos os agendamentos não poderão ultrapassar a espera de 10 dias corridos a partir de sua solicitação, podendo ser permitido período superior caso o proprietário do certificado assim aceitar.

1.9.3 Para os certificados SSL/VTN, que não dependem de validação presencial, a CONTRATADA deverá emitir os certificados em até 48 horas corridas após a solicitação da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA ENTREGA

2.1. Este contrato terá vigência até o dia 31/12/2019, a contar da sua assinatura.

2.2. A entrega dos itens contratados deverá ser feita em até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do Contrato, podendo haver prorrogações por igual período, desde que a Contratada apresente justificativa por escrito e seja previamente autorizado pela autoridade competente para celebrar o contrato. O local



da entrega será na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, localizada na Rua Vale Machado, nº 1415, CEP 97010.530 – Santa Maria/RS, em dias úteis e em horário de expediente.

CLÁUSULA III – DO PREÇO

3.1. O preço total para a contratação dos itens objeto deste Contrato é de _____, sendo:

3.1.1. O preço para a contratação do **item 1** é de _____;

3.1.2. O preço para a contratação do **item 2** é de _____;

3.1.3. O preço para a contratação do **item 3**, é de _____.

3.2. Todos os valores ora acordados são entendidos como justos e suficientes para a total execução do objeto deste Contrato, conforme a cláusula primeira deste Instrumento.

3.3. Corre por conta da Contratada qualquer prejuízo causado ao patrimônio da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria por conta de ação de seus empregados quando da execução ou entrega dos serviços contratados.

3.4. A CONTRATADA deverá conferir a documentação encaminhada pela CONTRATANTE (dentro do município de Santa Maria), para emissão dos certificados, e comunicá-la em até 48 horas corridas o dia e horário agendados para validação (on-site ou na própria CONTRATADA).

3.5. Todos os agendamentos não poderão ultrapassar a espera de 10 dias corridos a partir de sua solicitação, podendo ser permitido período superior caso o proprietário do certificado assim aceitar.

3.6. Para os certificados SSL/VTN, que não dependem de validação presencial, a CONTRATADA deverá emitir os certificados em até 48 horas corridas após a solicitação da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA IV - DO RECURSO FINANCEIRO

4.1 Para cobrir as despesas originadas desta Licitação, serão utilizadas as dotações das rubricas:

011220001.2.108 - Manutenção das Atividades Administrativas:

3.3.90.39.99.04.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado **em até 05 (cinco) dias úteis** após liquidação da Nota Fiscal, que deverá estar devidamente visada pelo responsável pelo recebimento e conferência do objeto contratado.

5.1.1 Não haverá, sob qualquer hipótese, qualquer pagamento adiantado à efetiva entrega do objeto contratado.

5.2 Os pagamentos far-se-ão em moeda corrente nacional e serão creditados em nome do Contratado, **após o efetivo cumprimento do objeto contratado devidamente atestado pela fiscalização**, mediante ordem bancária em conta corrente indicada pela Empresa ou por meio de ordem bancária para o pagamento de Nota(s) Fiscal(is), Fatura(s) ou Documento de Cobrança de Valor Jurídico Equivalente, com “código de barras”, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Contrato.

5.2.1 Serão descontadas do valor do pagamento as eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

5.2.2 Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

5.2.3 A Câmara de Vereadores reserva-se o direito de suspender o pagamento se o objeto for prestado em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.



5.3 Tendo sido impostas penalidades ao CONTRATADO das quais não tenha recorrido tempestivamente, ou que já tenham sido objeto de decisão administrativa transitada em julgado, o respectivo valor será descontado do pagamento devido.

5.4 Todo e qualquer pagamento poderá ser susgado, se verificada qualquer das hipóteses a seguir elencadas e enquanto perdurar o ato/fato/omissão que a tiver motivado, sem direito a posterior reajuste, acréscimo, lucros cessantes, indenização, juros e/ou correção monetária:

5.4.1 retardar injustificadamente a execução do objeto da presente licitação;

5.4.2 haver infração à condição ou obrigação estabelecida no edital, contrato ou na proposta apresentada.

5.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

5.5.1 Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de Compensação Financeira = 0,00016438

5.5.1.1 O Índice de Compensação Financeira (I) mencionado no subitem anterior é apurado da seguinte forma

I = (TX = Percentual da Taxa Anual = 6%)

I = (6 / 100) / 365

I = 0,00016438

CLÁUSULA VI – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 Os preços do presente Contrato não sofrerão reajustes, conforme § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

6.2 Os preços do presente Contrato poderão ser recompostos, em consonância com o que dispõe o artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal 8.666/1993.

CLÁUSULA VII – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

7.1 Constituem direitos, da CONTRATANTE, receber o serviço contratado nas exatas condições avençadas e, da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

7.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.2.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.2.2 Efetuar o pagamento na forma e no prazo pactuados;

7.2.3 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a CONTRATADA entregar fora das especificações constantes neste Contrato.

7.3 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.3.1 Entregar o objeto contratado conforme convencionado, sem qualquer encargo ou despesa para o contratante fora das previsões contratuais;



7.3.2 Cumprir integralmente as obrigações assumidas, especialmente quanto aos prazos estabelecidos e às condições de entrega do objeto;

7.3.3 Utilizar produtos de excelente qualidade para a execução do serviço;

7.3.4 Assumir responsabilidade exclusiva por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente e responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

7.3.5 Realizar o reparo ou a correção, às suas expensas, dos serviços efetuados em desconformidade com o pactuado, que apresentem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;

7.3.6 Comunicar à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato, nos casos estabelecidos no art. 65 da Lei 8.666/93;

7.3.7 Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, de acordo com o previsto no art. 55, XIII da Lei Federal 8.666/93.

7.3.8 Entregar a mesma marca e modelo cotados na Proposta de Preço apresentada, **sob pena de recusa do recebimento do item**, nos termos do Art. 55, XI, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIII – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO

9.1 Este contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

9.1.2 Amigavelmente, por acordo entre as partes reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação aplicável.

9.2 A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, bem como na assunção dos serviços pela CONTRATANTE na forma que a mesmo determinar.

CLÁUSULA X – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1 Pelo descumprimento, parcial ou total, das condições previstas na proposta ou no contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis:

10.1.1 Advertência formal, por intermédio do setor competente, quando ocorrer descumprimento de cláusulas contratuais que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave;

10.1.2 Multa de Mora equivalente a 0,5 % (meio por cento) sobre o valor global do contrato, para cada dia de atraso no início da prestação do serviço.

10.1.2.1 A multa de que trata o item anterior não impedirá a rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE, na forma dos artigos 77 e seguintes da Lei 8.666/1993;

10.1.3 Multa sobre o valor total atualizado no contrato:

10.1.3.1 De até 2% (dois por cento) pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma da legislação pertinente;

10.1.3.2 De até 30% (trinta por cento) nos casos de inexecução total ou parcial do contrato.



10.1.4 Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, por período de até 24 (vinte e quatro) meses, de acordo com a natureza e a gravidade da falta, sem prejuízo da aplicação de multa, obedecida a seguinte graduação:

10.1.4.1 Após advertência formal e cobrança de multa, ser reincidente, sem justificativa, nas penalidades avançadas neste Contrato: Prazo da Suspensão de até 12 (doze) meses;

10.1.4.2 Não iniciar a execução da prestação do serviço no prazo estabelecido, desobedecendo à solicitação por escrito da CONTRATANTE: Prazo da Suspensão até 24 (vinte e quatro) meses.

10.1.5 Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em função de falta de natureza grave, sem prejuízo de multas incidentes, publicada no Diário Oficial do Estado;

10.1.6 Outras penalidades previstas nas Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002.

10.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á mediante prévio e regular processo administrativo, que assegurará, absolutamente, o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.3 As penalidades previstas neste instrumento contratual poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da CONTRATANTE, se entender como relevantes as justificativas apresentadas pela CONTRATADA.

10.4 Eventuais multas aplicadas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento deu origem à aplicação da penalidade;

10.4.1 Caso a multa não seja recolhida nas condições acima descritas, será descontada do pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento deu origem à aplicação da penalidade.

CLÁUSULA XI – DA EFICÁCIA

11.1 O presente Contrato somente terá eficácia após a publicação da respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA XII - DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

12.1 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência (total ou parcial), bem como a fusão, cisão ou incorporação, constituindo motivos para rescisão do contrato.

CLÁUSULA XIII – DO FISCAL DO CONTRATO

13.1 Fica designado o Servidor “**GESTORCONTRATO**” como Gestor do Contrato, o Servidor “**FISCALTECNICO**” como fiscal técnico e o Servidor “**FISCALCONTRATO**” como Fiscal Administrativo.

CLÁUSULA XIV: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

14.1 Este Contrato rege-se pela legislação mencionada no seu Preâmbulo, inclusive nos casos omissos, vinculando-se às instruções contidas no Edital do Pregão nº 06/2019 e à proposta apresentada pela CONTRATADA durante o Processo Licitatório nº 46/2019.

CLÁUSULA XV – DO FORO

15.1 Fica eleito o **Foro da Comarca de Santa Maria - RS**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.



Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria
Centro Democrático Adelmo Simas Genro

15.2 E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santa Maria, ____ de _____ de 2019.

TESTEMUNHAS:

PRESIDENTE CMVSM

RESPONSÁVEL LEGAL
EMPRESA CONTRATADA



ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019

1. OBJETO

1.1. Aquisição de certificados digitais para pessoa física e jurídica, tokens e serviço de renovação de certificado, através de Ata de Registro de Preços.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição destes certificados visa a redução do consumo de papel pela CMVSM, bem como tornar mais seguros os processos digitais que tramitam nesta Casa, modernizando o Processo Legislativo e o encaminhamento de documentos internos e externos produzidos pelos setores, gabinetes e servidores da Câmara.

3. DETALHAMENTO DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	Quantidade	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS
1	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA JURÍDICA (E-CNPJ) POR TOKEN	A3	Até 02	- Tipo A3; - Ser gerado e armazenado em dispositivo portátil do tipo Token; - Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil; - Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios, entre outros; - Deverá ser emitido na cadeia V5; - Validade mínima de 1 ano.
2	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF) POR TOKEN	A3	Até 50	- Tipo A3; - Ser gerado e armazenado em dispositivo portátil do tipo Token; - Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil; - Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios, entre outros; - Deverá ser emitido na cadeia V5; - Validade mínima de 1 ano.



3	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF) EM ARQUIVO	A1	Até 100	- Tipo A1; - Ser gerado e armazenado em computador; - Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil; - Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios, entre outros; - Deverá ser emitido na cadeia V5; - Validade mínima de 1 ano.
---	--	----	---------	---

3.1. Todos os certificados digitais para pessoa física deverão ser do tipo e-CPF e/ou e-PF. Os certificados digitais para pessoas jurídicas deverão ser do tipo e-CNPJ e/ou e- PJ.

3.2. Neste cenário a CONTRATANTE deverá especificar os tipos de certificados nas ordens de serviço quando da solicitação, ou seja, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os tipos de certificado neste fornecimento.

3.3. Neste termo de referência, para simplificar, onde se lê e-CPF inclui-se também o tipo e-PF e onde se lê e-CNPJ inclui-se também o tipo e-PJ.

4. SERVIÇO PARA CONFERÊNCIA E VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS

4.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar tutorial online para instalação e validação dos certificados.

4.2. Os softwares complementares que se fizerem necessários para o pleno funcionamento dos certificados deverão ser inteiramente disponibilizados pela CONTRATADA, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

4.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar ferramenta online de atendimento para sanar possíveis dúvidas e problemas relacionados à prestação do serviço, tais como: chat, vídeos, tutoriais, contatos por e-mail etc.

5. QUANTIDADES

Item	Descrição	Quant.
1	Certificado Digital ICP Brasil para pessoa jurídica (E-CNPJ) por TOKEN, tipo A3	Até 2
2	Certificado Digital ICP Brasil para pessoa física (E-CPF) por TOKEN, tipo A3	Até 50
3	Certificado Digital ICP Brasil para pessoa física (E-CPF) em arquivo, tipo A1	Até 100

6. GARANTIA

6.1. Os tokens deverão possuir garantia mínima de 1 ano (contado a partir do seu fornecimento), exceto em se tratando de mau uso.



6.2. Em caso de necessidade de substituição dos tokens por problemas técnicos, a CONTRATADA deverá substituí-los em até 3 dias úteis ao registro do acionamento da garantia.

6.3. A emissão do novo certificado em token ou cartão que forem substituídos pela garantia, deverá ser feita sem qualquer custo à CONTRATANTE e no prazo de 3 dias úteis a partir da data do acionamento da garantia.

7. GESTÃO DE SENHAS

7.1. REVOGAÇÃO

7.1.1. A senha de revogação será definida pelo titular ou responsável pelo certificado (pessoa física ou jurídica).

7.2. PIN (personal identification number)

A senha PIN será definida pelo proprietário do certificado (pessoa física ou jurídica).

7.3 PUK (PIN Unlock Key)

7.3.1 A senha PUK será definida pelo proprietário do certificado (pessoa física ou jurídica) ou pela Autoridade Certificadora, no qual realizará sua guarda.

8. AGENDAMENTO/PRAZOS DE ENTREGA

8.1. A CONTRATADA deverá conferir a documentação encaminhada pela CONTRATANTE (dentro do município de Santa Maria), para emissão dos certificados, e comunicá-la em até 48 horas corridas o dia e horário agendados para validação (on-site ou na própria CONTRATADA).

8.2. Todos os agendamentos não poderão ultrapassar a espera de 10 dias corridos a partir de sua solicitação, podendo ser permitido período superior caso o proprietário do certificado assim aceitar.

8.3. Para os certificados SSL/VTN, que não dependem de validação presencial, a CONTRATADA deverá emitir os certificados em até 48 horas corridas após a solicitação da Ordem de Serviço.

9.1. CONFIDENCIALIDADE

9.1. A CONTRATADA deverá zelar pelo sigilo de quaisquer informações referentes à estrutura, sistemas, usuários, contribuintes, topologia, e ao modo de funcionamento e tratamento das informações da CONTRATANTE, durante e após fim do contrato, salvo se houver autorização expressa da CONTRATANTE para divulgação.

10. SUPORTE

10.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone do tipo 0800 ou telefone com tarifa local (DDD 055) com atendimento mínimo dentro do horário comercial (8:00h às 18:00h) de segunda a sexta-feira para prover suporte aos usuários de manuseio do certificado e instalação das leitoras/cadeias/certificados.

10.2. Disponibilizar suporte técnico presencial para treinamento inicial.

11. ACORDO OPERACIONAL

11.1. A CONTRATADA terá um período de 30 dias, contado a partir da assinatura do contrato para estabelecer com a CONTRATANTE todos os fluxos e processos necessários para atender o objeto contratado.



12. VIGÊNCIA CONTRATUAL

12.1. O prazo de vigência do contrato será adstrito ao crédito orçamentário em que foram celebrados.

13. SOLICITAÇÕES/EMISSIONES

13.1. Após a assinatura do contrato via Ata de Registro de Preços, todas as solicitações serão realizadas através de Ordens de Serviços, pagas mensalmente após o aceite dos certificados emitidos e o recebimento da respectiva fatura por parte da CONTRATADA.

14. COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS				
Item	Descrição	Qtd.	Valor unit. R\$	Sub-total R\$
1	Certificado Digital ICP Brasil para pessoa jurídica (E-CNPJ) por TOKEN, tipo A3.	2	R\$	R\$
2	Certificado Digital ICP Brasil para pessoa física (E-CPF) por TOKEN, tipo A3.	50	R\$	R\$
3	Certificado Digital ICP Brasil para pessoa física (E-CPF) EM ARQUIVO, tipo A1.	100	R\$	R\$
TOTAL				R\$

15. DA METODOLOGIA DE JULGAMENTO

15.1. O julgamento das propostas de preços será pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, sendo declarada vencedora a Licitante que apresentar o menor preço e que atender a todos os requisitos e exigências contidas neste Termo de Referência.

16. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

16.1. Constituem direitos, da CONTRATANTE, receber o serviço contratado nas exatas condições avençadas e, da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

16.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

16.2.2. Efetuar o pagamento na forma e no prazo pactuados;

16.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a CONTRATADA entregar fora das especificações constantes neste Contrato.

16.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.3.1. Entregar o objeto contratado conforme convencionado, sem qualquer encargo ou despesa para o contratante fora das previsões contratuais;

16.3.2. Cumprir integralmente as obrigações assumidas, especialmente quanto aos prazos estabelecidos e às condições de entrega do objeto;

16.3.3. Utilizar produtos de excelente qualidade para a execução do serviço;

16.3.4. Assumir responsabilidade exclusiva por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente e responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;



16.3.5. Realizar o reparo ou a correção, às suas expensas, dos serviços efetuados em desconformidade com o pactuado, que apresentem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;

16.3.6. Comunicar à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato, nos casos estabelecidos no art. 65 da Lei 8.666/93;

16.3.7. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, de acordo com o previsto no art. 55, XIII da Lei Federal 8.666/93.

17. DAS PENALIDADES

17.1. Pelo descumprimento, parcial ou total, das condições previstas na proposta ou no contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis:

17.1.1. Advertência formal, por intermédio do setor competente, quando ocorrer descumprimento de cláusulas contratuais que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave;

17.1.2. Multa de Mora equivalente a 0,5 % (meio por cento) sobre o valor global do contrato, para cada dia de atraso no início da prestação do serviço.

17.1.2.1. A multa de que trata o item anterior não impedirá a rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE, na forma dos artigos 77 e seguintes da Lei 8.666/1993;

17.1.3. Multa sobre o valor total atualizado no contrato:

17.1.3.1. De até 2% (dois por cento) pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma da legislação pertinente;

17.1.3.2. De até 30% (trinta por cento) nos casos de inexecução total ou parcial do contrato.

17.1.4. Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, por período de até 24 (vinte e quatro) meses, de acordo com a natureza e a gravidade da falta, sem prejuízo da aplicação de multa, obedecida a seguinte graduação:

17.1.4.1. Após advertência formal e cobrança de multa, ser reincidente, sem justificativa, nas penalidades avençadas neste Contrato: Prazo da Suspensão de até 12 (doze) meses;

17.1.4.2. Não iniciar a execução da prestação do serviço no prazo estabelecido, desobedecendo à solicitação por escrito da CONTRATANTE: Prazo da Suspensão até 24 (vinte e quatro) meses.

17.1.5. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em função de falta de natureza grave, sem prejuízo de multas incidentes, publicada no Diário Oficial do Estado;

17.1.6. Outras penalidades previstas nas Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002.

17.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á mediante prévio e regular processo administrativo, que assegurará, absolutamente, o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.3. As penalidades previstas neste Termo de Referência poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da CONTRATANTE, se entender como relevantes as justificativas apresentadas pela CONTRATADA.

17.3.1. Eventuais multas aplicadas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento deu origem à aplicação da penalidade;

17.3.2. Caso a multa não seja recolhida nas condições acima descritas, será descontada do pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento deu origem à aplicação da penalidade.



18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. Os recursos orçamentários desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

011220001.2.108 - Manutenção das Atividades Administrativas;
3.3.90.39.99.04.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após liquidação da Nota Fiscal, que deverá estar devidamente visada pelo responsável pelo recebimento e conferência do objeto contratado.

19.2. Não haverá, sob qualquer hipótese, qualquer pagamento adiantado à efetiva entrega do objeto contratado.

19.3. Os pagamentos far-se-ão em moeda corrente nacional e serão creditados em nome do Contratado, após o efetivo cumprimento do objeto contratado devidamente atestado pela fiscalização, mediante ordem bancária em conta corrente indicada pela Empresa ou por meio de ordem bancária para o pagamento de Nota(s) Fiscal(is), Fatura(s) ou Documento de Cobrança de Valor Jurídico Equivalente, com “código de barras”, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

19.3.1. Serão descontadas do valor do pagamento as eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

19.3.2. Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

19.3.3. A Câmara de Vereadores reserva-se o direito de suspender o pagamento se o objeto for prestado em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

19.4. Tendo sido impostas penalidades ao CONTRATADO das quais não tenha recorrido tempestivamente, ou que já tenham sido objeto de decisão administrativa transitada em julgado, o respectivo valor será descontado do pagamento devido.

19.5. Todo e qualquer pagamento poderá ser susgado, se verificada qualquer das hipóteses a seguir elencadas e enquanto perdurar o ato/fato/omissão que a tiver motivado, sem direito a posterior reajuste, acréscimo, lucros cessantes, indenização, juros e/ou correção monetária:

19.5.1. retardar injustificadamente a execução do objeto da presente licitação;

19.5.2. haver infração à condição ou obrigação estabelecida no edital, contrato ou na proposta apresentada.

19.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

19.6.1. Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de Compensação Financeira = 0,00016438



19.6.1.1. O Índice de Compensação Financeira (I) mencionado no subitem anterior é apurado da seguinte forma

$I = (TX = \text{Percentual da Taxa Anual} = 6\%)$

$I = (6 / 100) / 365$

$I = 0,00016438$

20. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.1. Os preços do Contrato não sofrerão reajustes, conforme § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

20.2. Os preços do Contrato poderão ser recompostos, em consonância com o que dispõe o artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal 8.666/1993.

21. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

21.1. O cumprimento das obrigações da CONTRATADA será acompanhado e fiscalizado pelo Fiscal de Contratos indicado pela CONTRATANTE, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas, nos termos dos arts. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/1993.

21.2. Além do acompanhamento e da fiscalização da execução dos serviços, a CONTRATANTE poderá sustar qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

21.3. À fiscalização compete encaminhar à Presidência da CONTRATANTE o documento que relacione as ocorrências que impliquem multas a serem aplicadas à CONTRATADA.

21.4. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

22.1. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência (total ou parcial), bem como a fusão, cisão ou incorporação, constituindo motivos para rescisão do contrato.

RODRIGO DIAS DE MOURA
Secretário Geral da CMVSM



ANEXO III - PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTO MÁXIMO ADMITIDO

1. Serão admitidos os seguintes custos máximos para o Processo Nº 46/2019, Pregão Presencial Nº 06/2019:

ITEM	DESCRIÇÃO MATERIAL	QTDE	UNID	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
1	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA JURÍDICA (E-CNPJ) POR TOKEN: Características: - Tipo A3; - Ser gerado e armazenado em dispositivo portátil do tipo Token; - Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP- Brasil; - Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios, entre outros; - Deverá ser emitido na cadeia V5; - Validade mínima de 1 ano.	Até 02	Unidade	436,50	873,00
2	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF) POR TOKEN: Características: - Tipo A3; - Ser gerado e armazenado em dispositivo portátil do tipo Token; - Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP- Brasil; - Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios, entre outros; - Deverá ser emitido na cadeia V5; - Validade mínima de 1 ano.	Até 50	Unidade	365,25	18.262,50
03	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF) EM ARQUIVO: Características: - Tipo A1;	Até 100	Unidade	155,75	15.575,00



Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria
Centro Democrático Adelmo Simas Genro

	<ul style="list-style-type: none">- Ser gerado e armazenado em computador;- Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP- Brasil;- Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios, entre outros;- Deverá ser emitido na cadeia V5;- Validade mínima de 1 ano.				
Custo total máximo admitido para o processo:					34.710,50

2. PREÇO TOTAL MÁXIMO ADMITIDO por unidade do item 1 (CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA JURÍDICA (E-CNPJ) POR TOKEN): R\$ 436,50 (quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos).

3. PREÇO TOTAL MÁXIMO ADMITIDO por unidade do item 2 (CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF) POR TOKEN): R\$ 365,25 (trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

4. PREÇO TOTAL MÁXIMO ADMITIDO por unidade do item 3 (CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF) EM ARQUIVO): R\$ 155,75 (cento e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

5. As empresas signatárias desta Ata de Registro de Preços ficam desde já cientes de que, em razão da modalidade, não existe obrigação de aquisição mínima de qualquer material, podendo, inclusive, não haver aquisição de qualquer dos itens constantes da Ata de Registro de Preços durante toda a sua validade.



ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019

Tipo: Menor Preço

Aquisição: POR ITEM

Empresa:
Endereço:
CNPJ:
Fone/e-mail:

1. Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preço, detalhada na planilha abaixo, referente ao **Pregão Presencial nº 06/2019**, conforme especificação constante no Edital e seus anexos.

2. Declaro que conheço e estou de acordo com todos os termos do Edital do **Pregão Presencial nº 06/2019** e seus anexos e que, se vencedora, fornecerei o serviço ora proposto pelo preço a seguir especificado, já incluídos todos os impostos, custos e encargos diretos e indiretos, taxas, fretes, bem como deduzidos todos os descontos concedidos.

ITEM	DESCRIÇÃO MATERIAL	QTDE	UNIDADE	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
1	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA JURÍDICA (E-CNPJ) POR TOKEN (conforme termo de referência). Marca e modelo da cotação:	Até 02	Unidade		
2	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF) POR TOKEN (conforme termo de referência). Marca e modelo da cotação:	Até 50	Unidade		
3	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF) EM ARQUIVO (conforme termo de referência). Marca e modelo da cotação:	Até 100	Unidade		

3. **Importante:** Informar a marca e o modelo, sob pena de desclassificação da proposta. Caso contratados, no recebimento não serão aceitos itens de marcas/modelos diferentes dos cotados.

4. Estamos cientes de que, por tratar-se de registro de preço, os valores ora propostos são unitários, podendo os itens serem adquiridos na sua totalidade, conforme previsto no termo de referência ou por unidade e que os custos ora propostos contemplam todos os custos envolvidos na entrega dos mesmos, por unidade, sem qualquer tipo de quantidade mínima, podendo inclusive não serem adquiridas quaisquer quantidades dos itens ora propostos.

Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: _____;
- b) CNPJ nº: _____;
- c) Inscrição Estadual nº: _____;
- d) Endereço: _____;
- e) Fone: _____ Fax (se houver): _____;
- f) E-mail: _____;
- g) CEP: _____



Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria
Centro Democrático Adelmo Simas Genro

- h) Cidade: _____ Estado: _____;
- i) Representante Legal que assinará o Contrato: _____;
- j) CPF do representante legal que assinará o Contrato: _____;
- k) RG do representante legal que assinará o Contrato: _____;
- l) Banco: _____;
- m) Agência: _____;
- n) Conta: _____;
- o) Código de operação (se houver): _____.

Local e data

Assinatura e Nome (Representante Legal)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



ANEXO V - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019

D E C L A R A Ç Ã O

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio
de seu representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador da Carteira de
Identidade nº _____, CPF nº _____, **DECLARA** que **não foi
declarada inidônea** e que **inexistem fatos impeditivos** para sua habilitação no presente Processo
Licitação, bem como ter ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, de _____ de 2019.

Assinatura e Nome
(Representante Legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



ANEXO VI - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019

D E C L A R A Ç Ã O

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrito no CNPJ nº _____, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador da Carteira de
Identidade nº _____, CPF nº _____, **DECLARA** que para fins do
disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854,
de 27 de outubro de 1999, **não emprega menores** de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre, **e não emprega menor** de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, de _____ de 2019.

Assinatura e Nome

(Representante Legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



ANEXO VII - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

NOME DA EMPRESA _____, CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, sediada _____ (endereço completo) _____, **declara**, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que **cumpr**e com os requisitos de habilitação previstos no Edital do Pregão Presencial nº 06/2019.

Local e Data

Assinatura e Nome

(Representante Legal)

(ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA AO PREGOEIRO NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO).



ANEXO VIII - MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

Qualificação (nome endereço e razão social etc.)

OUTORGADO

Nome e qualificação

OBJETO

Representar o outorgante na Licitação, modalidade Pregão nº 06/2019.

PODERES

Apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura de documentos de habilitação e de propostas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

ASSINATURA DO(A) DIRETOR(A) OU SÓCIO(A)-GERENTE

Carimbo da empresa

(ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA AO PREGOEIRO NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO).



ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

() MICROEMPRESA – ME

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP

A empresa _____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, declara, para fins de obter os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e pela Lei Municipal nº 5.245/2009, que:

- Está enquadrada na condição de _____ (Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte) e que não incorre nas vedações a que se reporta o § 4 do art. 3º da Lei Complementar 123/2006;
- Apresenta à Receita Federal, anualmente, a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) e/ou Declaração Anual do Simples Nacional (DASM), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco anos), contados da data da emissão, os documentos que comprovam a origem das receitas e a efetivação das despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar a situação patrimonial;
- Assume o compromisso de informar imediatamente ao Cadastro de Fornecedores - CRC da Secretaria Municipal de Finanças do Município de Santa Maria – RS qualquer alteração no porte da empresa que venha ocorrer no período de validade do Certificado emitido pelo CRC.

Está ciente de que a prestação de informações inverídicas sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (Art. 299 do Código Penal) e ao crime a ordem tributária (Art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Esta Declaração não exime a responsabilidade da empresa em informar, a qualquer tempo, através de Declaração, alterações que tenha ocorrido em seu porte.

Local, ____ de _____ de 2019.

Nome e Assinatura do representante contábil (com CRC)

Observação: esta Declaração deverá estar datada dos últimos 180 dias anteriores à data da sessão de abertura dos Envelopes.



ANEXO X

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2019
(Processo nº 46/2019 Pregão nº 06/2019)

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA (CMVSM)**, inscrita no CNPJ sob o número 89.250.708/0001-04, estabelecida à Rua Vale Machado, nº 1415, nesta cidade, representada neste ato pela, portador(a) da Carteira de Identidade nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão para REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2019, PROCESSO Nº 46/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto Executivo nº 007/2015, que regulamenta o sistema de registro de preços no Município de Santa Maria, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 - DO OBJETO

1.1 A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS por objeto a aquisição de certificados digitais para pessoa física e jurídica, tokens e serviço de renovação de certificado, conforme Termo de Referência – Anexo II do Edital.

1.1.1 Especificações do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	Quantidade	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS
1	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA JURÍDICA (E-CNPJ) POR TOKEN	A3	Até 02	- Tipo A3; - Ser gerado e armazenado em dispositivo portátil do tipo Token; - Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil; - Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios, entre outros; - Deverá ser emitido na cadeia V5; - Validade mínima de 1 ano.
2	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF) POR TOKEN	A3	Até 50	- Tipo A3; - Ser gerado e armazenado em dispositivo portátil do tipo Token; - Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil; - Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da



				República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios, entre outros; - Deverá ser emitido na cadeia V5; - Validade mínima de 1 ano.
3	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF) EM ARQUIVO	A1	Até 100	- Tipo A1; - Ser gerado e armazenado em computador; - Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil; - Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios, entre outros; - Deverá ser emitido na cadeia V5; - Validade mínima de 1 ano.

1.1.2 Todos os certificados digitais para pessoa física deverão ser do tipo e-CPF e/ou e-PF. Os certificados digitais para pessoas jurídicas deverão ser do tipo e-CNPJ e/ou e-PJ.

1.1.3 Neste cenário a CONTRATANTE deverá especificar os tipos de certificados nas ordens de serviço quando da solicitação, ou seja, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os tipos de certificado neste fornecimento.

1.1.4 Neste Contrato para simplificar onde se lê e-CPF inclui-se também o tipo e-PF e onde se lê e-CNPJ inclui-se também o tipo e-PJ.

1.2 DA GARANTIA

1.2.1 Os tokens deverão possuir garantia mínima de 1 ano (contado a partir do seu fornecimento), exceto em se tratando de mau uso.

1.2.2 Em caso de necessidade de substituição dos tokens por problemas técnicos, a CONTRATADA deverá substituí-los em até 3 dias úteis ao registro do acionamento da garantia.

1.2.3 A emissão do novo certificado em token ou cartão que forem substituídos pela garantia, deverá ser feita sem qualquer custo à CONTRATANTE e no prazo de 3 dias úteis a partir da data do acionamento da garantia.

1.3 DA GESTÃO DE SENHAS

1.3.1 REVOGAÇÃO

A senha de revogação será definida pelo titular ou responsável pelo certificado (pessoa física ou jurídica).

1.3.2 PIN (personal identification number)

A senha PIN será definida pelo proprietário do certificado (pessoa física ou jurídica).

1.3.3 PUK (PIN Unlock Key)

A senha PUK será definida pelo proprietário do certificado (pessoa física ou jurídica) ou pela Autoridade Certificadora, no qual realizará sua guarda.

1.4 DA CONFIDENCIALIDADE

1.4.1 A CONTRATADA deverá zelar pelo sigilo de quaisquer informações referentes à estrutura, sistemas, usuários, contribuintes, topologia, e ao modo de funcionamento e tratamento das informações



da CONTRATANTE, durante e após fim do contrato, salvo se houver autorização expressa da CONTRATANTE para divulgação.

1.5 DO SUPORTE

1.5.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone do tipo 0800 ou telefone com tarifa local (DDD 055) com atendimento mínimo dentro do horário comercial (8:00h às 18:00h) de segunda a sexta-feira para prover suporte aos usuários de manuseio do certificado e instalação das leitoras/cadeias/certificados.

1.5.2 Disponibilizar suporte técnico presencial para treinamento inicial.

1.6 DO ACORDO OPERACIONAL

1.6.1 A CONTRATADA terá um período de 30 dias, contado a partir da assinatura do contrato para estabelecer com a CONTRATANTE todos os fluxos e processos necessários para atender o objeto contratado.

1.7 DAS SOLICITAÇÕES/EMISSÕES

17.1 Após a assinatura do contrato, todas as solicitações serão realizadas através de Ordens de Serviços, pagas mensalmente após o aceite dos certificados emitidos e o recebimento da respectiva fatura por parte da CONTRATADA.

1.8 SERVIÇO PARA CONFERÊNCIA E VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS

1.8.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar tutorial online para instalação e validação dos certificados.

1.8.2 Os softwares complementares que se fizerem necessários para o pleno funcionamento dos certificados deverão ser inteiramente disponibilizados pela CONTRATADA, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

1.8.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar ferramenta online de atendimento para sanar possíveis dúvidas e problemas relacionados à prestação do serviço, tais como: chat, vídeos, tutoriais, contatos por e-mail etc.

1.9 AGENDAMENTO/PRAZOS DE ENTREGA

1.9.1 A CONTRATADA deverá conferir a documentação encaminhada pela CONTRATANTE (dentro do município de Santa Maria), para emissão dos certificados, e comunicá-la em até 48 horas corridas o dia e horário agendados para validação (on-site ou na própria CONTRATADA).

1.9.2 Todos os agendamentos não poderão ultrapassar a espera de 10 dias corridos a partir de sua solicitação, podendo ser permitido período superior caso o proprietário do certificado assim aceitar.

1.9.3 Para os certificados SSL/VTN, que não dependem de validação presencial, a CONTRATADA deverá emitir os certificados em até 48 horas corridas após a solicitação da Ordem de Serviço.

2 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)					
	Especificação	Marca	Modelo	Quantidade	Valor Unitário	<i>Prazo garantia ou validade</i>



Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria
Centro Democrático Adelmo Simas Genro

1	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA JURÍDICA (E-CNPJ) POR TOKEN (conforme termo de referência).			Até 02		
2	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF) POR TOKEN (conforme termo de referência).			Até 50		
3	CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF) EM ARQUIVO (conforme termo de referência).			Até 100		

2.2 As empresas signatárias desta Ata de Registro de Preços ficam desde já cientes de que não existe obrigação de aquisição mínima de qualquer material, podendo, inclusive, não haver aquisição de qualquer dos itens constantes da Ata de Registro de Preços durante sua validade.

3 - VALIDADE DA ATA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

4 - REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata, conforme o disposto no inciso XI do art. 9º, XI do Decreto Executivo nº 007/2015, que regulamenta o sistema de registro de preços no Município de Santa Maria.

4.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.5 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.6 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.6.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.6.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.7 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.8 O registro do fornecedor será cancelado quando:



4.8.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.8.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.8.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.8.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.9 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.8.1, 4.8.2 e 4.8.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.10 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10.1 por razão de interesse público; ou

4.10.2 a pedido do fornecedor.

5 - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

5.1 O órgão gerenciador será a CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA – RS, CNPJ 89.250.708/0001-04.

5.2 Não há órgãos participantes.

5.3 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666 de 1993, e no Decreto Municipal nº 007 de 2015;

5.3.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

5.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.6. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

5.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

5.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços;



5.8.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

6.1 É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência (total ou parcial), bem como a fusão, cisão ou incorporação, constituindo motivos para rescisão do contrato ou revogação do Registro de Preços em nome da empresa em que eventualmente ocorrer a situação ora prevista.

7 - CONDIÇÕES GERAIS

7.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s).



ANEXO XI

PORTARIA Nº 73/2019 -



Câmara Municipal de Vereadores
Centro Democrático Adelmo Simas Genro

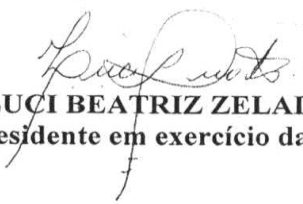
PORTARIA Nº. 073/2019

Designa pregoeiro e equipe de apoio para a realização de licitações na modalidade pregão no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Santa Maria, para o ano de 2019.

Ver^a. LUCI BEATRIZ ZELADA DUARTES, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

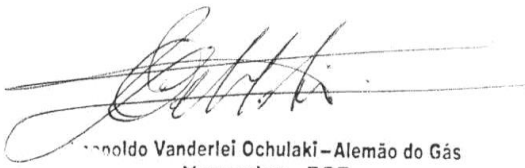
FAÇO SABER, na conformidade dos poderes que me são conferidos pela Legislação Vigente, que ficam designados os servidores **GIOVANI COSTA DE OLIVEIRA** como pregoeiro titular e **CRISTIANO PORTELA FOLLADOR** como pregoeiro suplente, para a realização de licitações na modalidade Pregão no âmbito do Poder Legislativo Municipal, para o ano de 2019. A equipe de apoio será composta pelos servidores **CRISTIANO PORTELA FOLLADOR, LEONIR DUTRA SOBRINHO, MARLI PREVEDELLO VIEIRA, MARCELO SALDANHA MACHADO (1º SUPLENTE) e ELIANE ELISABETE DOS SANTOS SOARES (2º SUPLENTE)** a partir de 11/01/2019.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove.


Ver^a. LUCI BEATRIZ ZELADA DUARTES
Presidente em exercício da CMVSM

**Registre-se e
Cumpra-se.**

Ver. ALEXANDRE VARGAS
1º. Secretário


Arnaldo Vanderlei Ochulaki – Alemão do Gás
Vereador – PSB

Rua Vale Machado, 1415 – Santa Maria – RS Cep: 97010-530
Home Page: www.camara-sm.rs.gov.br
Email: cmvsm@camara-sm.rs.gov.br
Telefone: (055) 3220 7200